

Como citar el artículo: José Keller, R. y Alves Keller, S. B. (2019). “Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético na política brasileira pós-golpe de 2016. *Fronteras*, 13: 44-52.

“Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético na política brasileira pós- golpe de 2016

“Liberal in economy and conservative in customs”: a syncretic combination in brazilian politics after the coup of 2016

Rene José Keller¹ y Suéllen Bezerra Alves Keller²

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender a combinação sincrética entre as perspectivas conservadora e liberal na política brasileira, após o *impeachment* (golpe institucional) da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Trata-se de uma revisão bibliográfica com aporte no método materialista dialético, no qual se utilizou de referenciais que se vinculam a perspectiva crítica, assim como de autores que se avocam do liberalismo e do conservadorismo. A relevância do estudo se situa à medida que o conservadorismo nos costumes e liberal na economia passa a conformar a ideologia dominante no período do governo de Jair Bolsonaro. A conclusão a que se chega é que a política brasileira contemporânea tem se avocado de uma singular articulação entre liberalismo e conservadorismo com vistas à preservação da manutenção do poder do capital.

Palavras-Chave: Liberalismo, Conservadorismo, Golpe de 2016.

Abstract

The article aims to understand the syncretic combination between conservative and liberal perspectives in Brazilian politics, after the impeachment (institutional coup) of President Dilma Rousseff in 2016. It is a bibliographical revision based on the dialectical materialist method, in which it was used references that are linked to the critical perspective, as well as authors who advocate liberalism and conservatism. The relevance of the study lies as conservatism in customs and liberal economy becomes the dominant ideology in the period of Jair Bolsonaro's government. The conclusion reached is that contemporary Brazilian policy has been based on a singular articulation between liberalism and conservatism with a view to preserving the maintenance of the power of capital.

Keywords: Liberalism, Conservatism, 2016 State Coup.

1 Advogado Trabalhista. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: rene.j.keller@gmail.com

2 Assistente Social Judiciária no Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul (TJRS). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestrado acadêmico em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização em Direito de Família pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Leão Sampaio (Unileão). E-mail: suellenbezerra@live.com

Introdução

O segundo decênio do século XXI tem sido marcado pelo florescimento de governos da extrema-direita do espectro político, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto na América Latina. No caso brasileiro, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, representou a tomada do poder por um governo de nítida matriz conservadora. Tal fato gerou um intenso debate acerca da compreensão do fenômeno, tendo em vista que conjuga a ojeriza às pautas identitárias (questão racial, de gênero, étnica, homoafetividade etc.) com o regresso do neoliberalismo no plano econômico. É a anunciação da máxima externalizada na campanha presidencial pelo oponente João Amoêdo (2018): “liberal na economia e [...] conservador nos costumes”.

O presente estudo tem como objetivo geral prover elementos de caracterização dos fenômenos do conservadorismo e do liberalismo, tais quais eles se projetam na realidade brasileira. A hipótese é que seria contraproducente, caso se deseje compreender a dinâmica atual do conservadorismo, remontar a figuras históricas como Edmund Burke. Não obstante sirva como referência para o contexto europeu, a defesa do Antigo Regime não encontra paralelo direto com a formação social brasileira. Aqui, inexistiu feudalismo, sendo a defesa da antiga ordem o apoio ao escravismo. Além deste descompasso histórico, o conservadorismo atual representa, acima de tudo, a defesa do modo de produção capitalista, que se afirmou hegemônico.

A diferenciação tem a sua serventia à precisão de dada situação política, visto que nem todo governo que promove a aceitação ou defesa do capitalismo pode ser encarado simplesmente como conservador. Ainda que o conservadorismo seja um fenômeno heterogêneo, o denominador comum para identificá-lo com o liberalismo é a defesa do modo de produção capitalista. Isso não significa que todo e qualquer projeto político que esteja alinhado com a reprodução do capitalismo possa ser assentido como expressão do conservadorismo ou liberalismo.

O texto foi dividido em duas partes, sendo que a primeira delas promove um esboço de caracterização do conservadorismo e do liberalismo,

abordando o redirecionamento da luta de classes na arena política às pautas “identitárias”. A segunda parte, por sua vez, explora como o conservador, na realidade brasileira, traveste-se de liberal, como meio de viabilizar o seu discurso. O método guiador do estudo é o dialético, na formulação materialista. Fizemos uso de fonte bibliográfica afeita ao tema, interdisciplinarmente, abarcando o Serviço Social, Sociologia, Ciência Política, Economia Política etc.

1. Particularizações do conservadorismo e do liberalismo: redirecionamento da luta de classes?

No âmbito do pensamento crítico brasileiro é usual pensar conservadorismo e liberalismo como correntes semelhantes, ou até mesmo desprovidas de diferenciações nítidas. Sendo fiel ao método dialético na fundamentação materialista, o conservadorismo pode ser compreendido dentro de uma chave explicativa que leva em consideração a manutenção da base material (infraestrutura). Como ideologia (Marx, 2007), ainda que expresse valores, visões filosóficas, políticas e/ou religiosas, na perspectiva materialista representa, antes de tudo, a postura de defesa da ordem econômica posta. Lembrando Yazbek (2009: 5), o conservadorismo “como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista”.

Constitui um equívoco epistemológico supor que, pelo simples fato de partir da mesma base material (o capitalismo), pode haver livre associação entre correntes do pensamento social que contém em si nítidos elementos distintivos. A circunstância de compartilhar um arranjo material comum – a sociabilidade capitalista –, não autoriza que se faça ilações vinculativas como forma de explicitar o fenômeno. O apagamento das diferenciações a partir da superexposição da base material finda por unificar visões de mundo diversas, que possuem repercussões concretas na cena política e à materialidade da vida social.

Ao contrário da Inglaterra, França ou dos Estados Unidos, no Brasil não existe uma fronteira rígida, no pensamento comum, que diferencia o conservador e o liberal, de modo que muitas vezes os dois são tratados como se denotassem o mesmo conjunto de ideais. Essa confusão na análise da realidade brasileira tem como raiz explicativa o processo de desenvolvimento econômico nacional, que é distinto em relação aos países centrais (Fernandes, 1973). Historicamente, as elites brasileiras tentavam reproduzir ou implementar teorias em voga nos países centrais, todavia, deslocadas do substrato social presente na sociedade brasileira. As tentativas de compreender o fenômeno do conservadorismo a partir de uma lupa eurocêntrica tão somente reforçam a dificuldade de assimilar porque o conservadorismo no Brasil não pode ser entendido no mesmo arranjo dos países centrais.

Há inúmeras similitudes entre o pensamento liberal e conservador, sobretudo na realidade brasileira, onde não se vivenciou uma transição para o sistema capitalista da mesma forma que os países em que essas correntes foram pensadas. Contudo, na sua fonte, o liberalismo e o conservadorismo apresentam fundamentos específicos e diferentes grupos internos, que refletem em posicionamentos distintos diante de polêmicas temáticas que estão postas no jogo político contemporâneo.

Cabe lembrar que para países como França, Inglaterra ou Estados Unidos, o conservadorismo representou, mais que um dissenso, uma oposição ao liberalismo. Ainda que o Brasil tenha importado um protótipo dessa contradição no período de transformação capitalista, liberais e conservadores partilharam, além dos mesmos objetivos, o mesmo ponto de partida, afinal, é dos senhores de escravo que se conformaria a futura burguesia. Dessa assertiva, se excluem pontuais divergências, estando a principal delas delimitada, por um lado, na defesa da monarquia pelos conservadores mais ortodoxos, e, por outro, no desejo de eleger os representantes que ocupariam os cargos públicos, pelos liberais.

Tôrres (1968), fiel discípulo do pensamento conservador, alega que os liberais eram vítimas de uma ideia romântica, inspirada em Rousseau e seu *contrato social*, de que a condição fundamental

da liberdade residiria na eleição. Para ele, o preenchimento de cargos públicos, visto como uma questão essencialmente técnica, deveria ser condicionado pelos critérios de utilidade e eficiência e que o “Imperador era a encarnação viva da unidade nacional no tempo e no espaço” (Tôrres, 1968: 12). Afora esta central divergência, o próprio autor indica que os liberais, ainda no período do Império, eram aliados dos conservadores, chegando a citar exemplos de “liberais conservadores” como Afonso Pena, Manuel Alves Branco, Afonso Celso (Tôrres, 1968: 181-185).

Salvo exceções muito particulares³, essa central divergência apontada por Tôrres (1968) não persiste com representatividade no desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. Em certo sentido, os interesses dos conservadores se fundiram aos propósitos de integração do país ao sistema capitalista internacional, quando o conservadorismo nacional se transmuta da defesa da ordem escravocrata e monárquica para o capitalismo. Passam a não divergir entre si os que se interessam em fazer a defesa da propriedade privada e livre iniciativa daqueles que defendem a valorização da família e das instituições. O que ocorre é uma mescla de interesses e defesas difícil de justapor a um conceito teórico importado e fechado, tendo em vista que se trata de uma realidade particularmente nacional.

Mesmo no âmbito dos países centrais, desde segunda metade do século XX, tanto o conservadorismo britânico quanto o americano se aproximaram do liberalismo econômico (Garchagen apud Scruton, 2015: 13). Ainda que em sua origem tais correntes tenham partido de objetivos opostos, a ampla disseminação das ideias liberais

3 Existem alguns pontuais movimentos que defendem a restauração da Monarquia como solução para os problemas e crises presentes no Estado brasileiro, como o “Diga sim à monarquia parlamentarista” e o “Pró-Monarquia” (Amorim, 2017). É possível citar ainda que em algumas das manifestações conclamadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR) surgiram, por parte de manifestantes, fantasias nostálgicas de retorno à Ditadura Militar e também à Monarquia. Na eleição de 2018, foi eleito deputado federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança, membro da “família imperial brasileira” por ser descendente de Dom Pedro I e II, não obstante seja autoproclamado liberal.

permitiu a construção de uma relativa aliança entre elas. Conforme Coutinho (2014), no contexto britânico, o conservadorismo se fundiu ao liberalismo com a atuação de Margaret Thatcher, líder conservadora e primeira-ministra de 1979 a 1990, que alinhou o Partido Conservador ao liberalismo econômico.

Houve um progressivo apagamento das diferenciações iniciais que gravaram o pensamento conservador e o liberal nos países centrais ao assimilar o modo de produção capitalista como dominante. Opera-se o revolucionamento na base material, acompanhando da transformação “mais cedo ou mais tarde”, do conjunto de ideias e instituições que conformam a superestrutura. Nesse tocante, parece ganhar plena vazão a assertiva de Marx: “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (Marx, 2008: 47-48).

Não teria sentido promover a distinção entre conservadores e liberais (e por que não os “neodesenvolvimentistas”?)⁴ caso se focalize estri-

4 Neodesenvolvimentismo é a denominação que entendemos adequada para caracterizar o projeto político e social do período dos governos Lula e Dilma, configurando-se inclusive uma racionalidade própria, ao passo que mantiveram diversos elementos do governo antecessor (Fernando Henrique Cardoso - FHC), principalmente no campo econômico, no entanto, houve maior ingerência do Estado na oferta de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais. Ciente do debate entre autores que caracterizam o período, a visão aqui expressada é mais próxima da defendida por Giovanne Alves (2014). Armando Boito Jr. (2018) entende que o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo dentro do capitalismo neoliberal, enquanto Claudio Katz (2016), embora reconheça os vasos comunicantes com a matriz neoliberal, assume uma estratégia governamental diversa, à medida que o Estado nacional teria um papel de instrumento transformador na economia. Renato Paula (2016), ao seu turno, defende que se trata de um neoliberalismo à brasileira, ao passo que as continuidades se sobrepõem às rupturas, não se tratando de um novo paradigma de desenvolvimento. Rodrigo Castelo (2013) sustenta a existência de um “social-liberalismo” desde o governo FHC, permanecendo no governo Lula, pois se trata de uma corrente dentro do próprio liberalismo. André Singer (2012) caracteriza como “lulismo” o período, sendo um reformismo fraco, ao passo que a transferência de renda aos mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo surtiram efeitos, no entanto, dentro de uma lógica de não conflituosidade.

tamente a base material, pois esta serve como cenário concreto para esses diferentes arquétipos políticos. O que esse ponto de vista associativo deixa escapar é a própria transmutação ideológica da luta de classes de um critério eminentemente econômico para um embate “cultural”. Mesmo assentindo com o modo de produção capitalista, liberais e conservadores dos países centrais divergem entre si nas pautas não afeitas à seara econômica.

Como refere Slavoj Žižek (2011), não obstante a classe dominante possa eventualmente discordar de aspectos da pauta moral populista de direita, há uma tolerância dessa guerra moral como mecanismo de manutenção das classes inferiores sob controle. A redimensionalização ou redirecionamento da luta de classes para tais embates “identitários” expressa uma fúria que não atenta contra o funcionamento do capitalismo, manifestando-se de forma mais acentuada do que qualquer questionamento contra o papel que empresário ocupa à existência dos problemas sociais. Como foi possível chegar a esse ponto de deslocamento? A resposta não parece ser outra, senão a ação da ideologia⁵.

Temáticas como o casamento homoafetivo, legalização de drogas, descriminalização do aborto, papel da mulher na sociedade, aceitação de imigrantes etc., recebem tratamento díspar nos enfoques liberal e conservador. Há uma tendência de os liberais serem mais volitivos a incorporarem tais demandas, enquanto um conservador pode ser mais resolutivo em repudiar estas mudanças. O choque entre os democratas e republicanos, nos Estados Unidos, é um nítido exemplo de distinção entre o liberalismo e o conservadorismo. É preciso pontuar que esses grandes esquadrinhamentos se prestam como generalizações de fenômenos complexos, visto que comportam zonas nebulosas de aceitar uma ou outra questão em pormenor. Não se trata de uma aceitação em

5 Adotamos a categoria ideologia sem na acepção de Karl Marx e Friedrich Engels (2007): “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes da sociedade [...]. A classe que tem a disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual [...]”.

bloco de todas as pautas, por um lado, e pura e simplesmente o repúdio delas, por outro.

A distinção rígida entre conservadores e liberais não encontra respaldo prático na realidade brasileira, em virtude da dinâmica social que se construíram as categorias. O que existe em nosso contexto atual, pós golpe de 2016, parece ser muito mais uma miscelânea sincrética de diferentes perspectivas que comungam para a continuidade das relações de dominação, uma vez que conceitos alinhados a ambas perspectivas são usados de forma indiscriminada a serviço de uma justificação da continuidade do poder do capital. Defendemos a existência de um sincretismo no Brasil em virtude de o conservadorismo tomar a cena pública sob a veste do liberalismo.

O oposto também pode ser dito, tendo em vista que houve uma captura dos conservadores para as pautas liberalizantes no âmbito econômico, quando se publiciza em demasia as questões “identitárias”. Sob pretensa ameaça de atacar os valores tradicionais da família brasileira, os conservadores ligados à manutenção da heteronormatividade, patriarcalismo, em síntese, consensos norteadores do seu pensamento, findam por deslocar seu posicionamento político para o liberalismo econômico, à medida que a esquerda (supostamente taxada de “comunista”) é associada ao desregramento dos valores cultuados por este setor.

2. O conservador na miscelânea liberal: a ideologia dominante no pós-golpe institucional de 2016

O golpe institucional de 2016, que resultou na queda da ex-presidenta Dilma Rousseff, representou, ao mesmo turno, a ascensão do pensamento conservador em diversos meandros sociais. Ao lado da temática anticorrupção, que pautou os protestos que ratificaram a sua deposição, houve um incremento da agenda “moralizante”, em suposta defesa dos valores da família tradicional brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, selou o processo político de tomada de poder por um candidato que publicamente se apresenta como conservador.

Sob a insígnia da defesa da família, Bolsonaro escamoteia uma gama de pautas conservadoras e distorcidas, propositadamente ou não. Tentou viabilizar, por exemplo, a disseminação da ideia de liberação da posse e porte de armas para setores antes restritos, com o pretexto de defesa da família contra o inimigo interno: os bandidos. Da mesma forma, externalizou durante a campanha presidencial, em rede televisiva nacional, que seria o candidato contra o “kit gay”, em alusão ao material didático que seria entregue em escolas para crianças aceitarem com naturalidade as relações homoafetivas. Embora se tratasse de uma “fake news”, ratificou o seu posicionamento de defesa da família tradicional.

Personagens pitorescos, como Olavo de Carvalho, que publicamente afirmou que o refrigerante Pepsi utilizava células de fetos abortados como adoçante, tornou-se a maior referência intelectual do governo Bolsonaro. O conservador emplacou a indicação dos ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, e o das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sendo que este último publicamente ratifica a sua tese de que o nazismo foi um acontecimento histórico da esquerda do espectro político. Embora jamais tenha sido levado a sério na academia brasileira, pelo caráter vesano do seu pensamento, transmutou-se no maior guru da direita conservadora brasileira.

No Brasil, distante geográfica e ideologicamente das discussões mais ortodoxas sobre liberalismo e conservadorismo, torna-se quase imperceptível, na aparência, a distinção entre o que seriam características tipicamente liberais ou conservadoras, à medida que os conservadores se autointitulam liberais. Aqui é possível ser um “liberal” que defende os pilares da propriedade privada, liberdade individual, meritocracia e livre mercado, sendo também contrário a pautas como a união homoafetiva – que poderiam ser seguramente alinhadas aos preceitos liberais em outras conjunturas. Há conservadores que, preocupados com a manutenção da família e instituições tradicionais, defendem a redução do Estado igualmente aos liberais, quando o conservadorismo

ortodoxo optaria por ações de fortalecimento do nacionalismo e das fronteiras nacionais.

Em nosso contexto, é possível afirmar que o conservadorismo está, para além do plano moral, no plano político. João Pereira Coutinho (2014), autor de postura claramente conservadora, caracteriza o conservadorismo político o distinguindo das caricaturas que usualmente se faz dele. Ele aduz que um governo conservador é mais “modesto e prudente” na sua função, pois permite que os indivíduos persigam seus objetivos sem “a mão paternalista do Estado” (Coutinho, 2014: 101), bem como opera reformas com o princípio da conservação e não da inovação.

Acerca do liberalismo, no plano teórico, a recente popularidade do economista liberal da Escola Austríaca, Ludwig Von Mises, demarca a aproximação entre liberais e conservadores no Brasil, ainda que ele não se autodescreva como um conservador. Mises, dispendo de uma linguagem acessível e disseminando um liberalismo um tanto “popular”, ganhou espaço nos discursos de “liberais”, que na prática são conservadores, no contexto de odiosidade ao Partido dos Trabalhadores, os quais pediam: “Menos Marx, Mais Mises”⁶. A confusão se deve ao fato de que, no plano econômico, os liberais e conservadores partilham da aceitação do capitalismo. Ao se autoproclamarem liberais, em verdade, partilham dos anseios dos conservadores.

Como anteriormente referido, durante a campanha presidencial de 2018, o então pré-candidato João Amoedo, do partido Novo, definiu-se como um candidato liberal na economia, mas conservador nos costumes, tendo em vista que era contra o aborto e a descriminalização das drogas, sendo favorável à privatização e redução do Estado. Os conservadores recentes projetam a si como liberais por dividirem o anseio de mitiga-

ção do papel estatal na economia, todavia, mantêm-se fechados nas questões valorativas.

O nacionalismo deixa de ser um componente relevante para a caracterização do pensamento conservador, como era no tempo da ditadura militar brasileira (1964-1985). Por outro lado, um exemplo de liberal mais próximo do sentido conferido nos países centrais, pode ser encontrado no ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, favorável às cotas raciais⁷, descriminalização das drogas e do aborto (Uol, 2011), embora responsável pela consolidação do neoliberalismo.

O sincretismo de liberais e conservadores ocorre à medida que neoliberalismo passa a ser diretriz comum de orientação do projeto político, sendo difícil prover qualquer distinção quando se trata da economia. Em sua obra “A Mentalidade Anticapitalista”, Mises (2015), ao fazer a defesa do livre mercado no capitalismo, partindo do pressuposto de que este é o único sistema social que “funciona”, utiliza referências de base que podem ser assimiladas por conservadores, como a valorização da herança dos antepassados. Segundo Mises (2015: 10): “[...] trata-se apenas de aproveitar o trabalho criado por muitas pessoas, antes mesmo de nós nascermos, para não recairmos em nosso estado primitivo: a nudez famélica das cavernas”.

Segundo o autor, foi o capitalismo que permitiu, historicamente, que as conquistas humanas fossem alcançadas, de modo que “os pobres do nosso século” têm em mãos “alguns bens que seriam inimagináveis ao mais rico imperador antigo” (Mises, 2015: 10). Este argumento tem possível fonte de inspiração em John Locke (2002: 45), segundo o qual “um rei de território

6 Tal jargão foi comumente visualizado nos protestos contra a presidenta Dilma Rousseff em cartazes que repudiavam a falaciosa “doutrinação comunista”. Existem sítios virtuais que disseminam a ideia do autor, como o “Mises Brasil”, e outros que chegam a vender camisetas com estampa da frase, a exemplo do “Tomando Partido”. Tem representatividade, também, o Instituto Liberal.

7 Foi no final do seu mandato presidencial que editou a Medida Provisória 63/2002, convertida na Lei nº 10.558/2002, que tratava da instauração das cotas raciais. Na exposição de motivos da MP, ficam nítidos os contornos liberais da proposta: “Este Programa atende a prioridade do Governo na formação de recursos humanos como condição para melhorar a produtividade e competitividade necessária ao crescimento econômico do país e complementa as atuais políticas educativas do Brasil, contribuindo de maneira significativa para a promoção do acesso ao ensino superior, aumentar a possibilidade de emprego e renda e, a longo prazo, reduzir as distorções sociais” (Planalto, 2002).

grande e fértil se alimenta, mora e veste-se pior que um trabalhador diarista na Inglaterra”. Aqui, observamos como Mises, embora seja um liberal, torna-se ponto de referência para os conservadores brasileiros, que se proclamam liberais.

Ainda, ao tratar sobre liberalismo, Mises (2010) faz críticas à política antiliberal com argumentos de fácil assimilação por conservadores. Para ele, os antiliberais recomendam “que o presente seja muito bem provido, à custa do futuro” (MISES, 2010: 40) o que ele considera irracional por representar “uma gratificação momentânea e relativamente abundante” em detrimento de “uma desvantagem relativamente dolorosa no futuro” (Mises, 2010: 40). Mises (2010) acredita que as transformações sociais não devem ocorrer de forma tempestiva – que dirá revolucionária – sendo necessária a submissão a certos sacrifícios provisorios em prol de resultados favoráveis futuros.

Contra qualquer política pública ou direito social, Mises (2010) parece caracterizar exatamente o pensamento daqueles que, insatisfeitos com as políticas minimalistas levadas à cabo pelo governo petista, propuseram o impedimento de Dilma como uma solução para todos os males vivenciados pela população brasileira. Conforme o autor:

Se um médico mostra a um paciente, que deseja alimentos prejudiciais à sua saúde, a perversidade desse desejo [...] Todo mundo entende que o médico aconselha ao paciente esquecer o prazer que o alimento danoso provoca, simplesmente com a finalidade de evitar males à saúde dele. Mas quando a questão se liga às políticas sociais, alguém logo se dispõe a considerá-la bastante diferente. Quando o liberal aconselha a que não se tomem determinadas medidas populares, porque delas espera consequências danosas, é censurado como um inimigo do povo, [...] sem levar em conta o mal que provocam, recomendam o que lhes parece conveniente no momento (Mises, 2010: 39).

Por isso, podemos falar em um conservador na miscelânea liberal, ou pura e simplesmente um liberalismo conservador, representativo do sincretismo político brasileiro, o qual pode ser facilmente observado em um dos movimentos que

ganhou evidência na articulação das manifestações entre 2013-2016 no Brasil: o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL, fundamentado em preceitos liberais, passou a se apropriar de pautas conservadoras, como a criminalização do aborto, contra as cotas raciais, apoio a projetos de censura como o “Escola sem Partido”⁸, e colaboração no encerramento precoce da exposição *Queermuseu*⁹.

Sob influência de Mises, dentre outros liberais como Hayek e mesmo conservadores, como Burke, o MBL situa-se, conforme Gohn (2017), no contraditório campo de ideias que misturam o liberalismo e o conservadorismo. Para a autora, o MBL se configura como uma organização liberal por defender o livre mercado e ser antiestatista, e conservador por se posicionar contrariamente a vários direitos sociais e culturais modernos. Em suma, “um grupo da direita, conservador e reacionário” (Gohn, 2017: 47).

Alinhando, no campo cultural e filosófico, fundamentos conservadores e, no campo político e econômico, uma base liberal, a “direita” no Brasil contemporâneo tem empregado esforços para manutenção e reprodução das relações de poder capitalistas. De junho de 2013 ao Golpe de 2016, observou-se uma escalada do liberalismo conservador no Brasil, culminando na eleição do projeto político neoliberal e conservador de Jair Bolsonaro. Houve um desgaste político do Partido dos Trabalhadores (PT), em virtude de ter sido associado à corrupção pela grande mídia, bem como pelas ações orquestradas pelo juiz federal (atualmente Ministro da Justiça) Sérgio

8 Um dos debates centrais na cena política brasileira no ano de 2018 foi em torno do projeto de “Escola Sem Partido”, pois segundo os seus propagadores existe doutrinação teórica de esquerda e “ideologia de gênero” nas escolas, que devem ser combatidas. O objetivo seria atingir uma pretensa neutralidade científica na abordagem de temas histórico-sociais e de sexualidade por parte dos professores. Em verdade, trata-se de uma proposta de mitigar a influência do pensamento crítico, principalmente nas matérias propedêuticas.

9 A mostra *Queermuseu – Cartografias da Diferença na arte brasileira*, exposta no Santander Cultural em Porto Alegre em agosto-setembro de 2017, foi alvo de um boicote organizado por grupos religiosos e pelo MBL, com o argumento de que as obras ofenderiam a fé cristã, diversificando seus discursos em direção ao conservadorismo.

Moro na Operação Lava Jato¹⁰. Bolsonaro, com seu discurso tradicional, conseguiu captar a indignação gerada pela desestabilização proposital que sofreu Dilma, sendo alçado ao poder apesar do discurso extremista em diversas pautas “identitárias”.

Considerações Finais

O propósito do presente artigo, que era captar o arranjo ideológico que tomou o poder no pós-golpe de 2016, em pormenor com a eleição de Jair Bolsonaro, trouxe um apanhado de discussões que demandam aprofundamentos, sendo aqui apenas lançadas como ideias gerais. Os temas que demandam uma melhor elaboração abrangem: a) a realidade própria da formação social brasileira, que não ocorreu no mesmo tempo histórico em relação aos países centrais, tornando a distinção entre liberais e conservadores não tão rígida; b) o fato de a luta de classes ser redirecionada para um embate “identitário”, à medida que a esquerda do espectro político é associada à dissolução dos valores a serem defendidos da

família tradicional brasileira; c) a autointitulação dos liberais, que são, em verdade, conservadores, autorizando falarmos em um sincretismo peculiar.

Suplantando a incompatibilidade material entre liberais e conservadores, as expressões da realidade brasileira evidenciam que é possível ser liberal e conservador ao mesmo tempo, na defesa de preceitos como a meritocracia, a propriedade privada, redução do Estado, valorização de instituições tradicionais e corte de direitos sociais. É na prevalente máxima liberal na economia e conservador nos costumes que ocorre o esfacelamento do período neodesenvolvimentista (2003-2016). Nessa conjuntura, inúmeros são os desafios que se colocam aos trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais e população com o um todo, dentre eles, a permanente luta pela revogação de medidas reacionárias e a reafirmação dos direitos sociais historicamente conquistados.

Bibliografia

10 Sérgio Moro agiu com parcialidade na condução do processo em face do ex-presidente Lula, como viria a ser comprovado pela divulgação de mensagens privadas com o procurador federal Deltan Dallagnol, publicizadas pelo Intercept Brasil (2019). Em ao menos três ocasiões pautou a sua atuação judicial com notória parcialidade. Em 16 de março de 2016, agiu para impulsionar o processo de *impeachment* em face de Dilma Rousseff, quando esta decidiu nomear o ex-presidente Lula como Ministro, pois, na mesma data, o juiz retirou o sigilo e divulga gravação entre ambos, em que Dilma fala para Lula assinar o termo de posse quando entendesse necessário. A medida foi acompanhada de manifestações nas ruas em todo o Brasil. Destaca-se que a gravação era ilícita, pois envolvida a presidência da república, que tem foro privilegiado. Circunstância semelhante ocorreu às vésperas da eleição presidencial de 2018, quando uma semana antes do pleito (1º de outubro), Sérgio Moro retirou o sigilo de delação premiada do ex-ministro da fazenda de Lula, Antonio Palocci, constando diversas acusações de caixa dois de campanha do PT, apontado o conhecimento do ex-presidente. Anteriormente, em 8 de julho de 2018, quando Lula se encontrava preso, o desembargador plantonista Rogério Favreto ordenou a soltura deste, exarando três decisões pela sua libertação no mesmo dia, as quais não foram cumpridas, porque o próprio Moro, em gozo de férias, e o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4) se manifestaram publicamente e nos autos para que não ocorresse a soltura.

Alves, G. (2014). *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e degradação do trabalho no Brasil*. Bauru, Canal 6.

Amoêdo, J. (2018). Entrevista. *Roda Viva*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FfhKIBS4Y8>>.

Amorim, K. (2017). Família imperial brasileira quer a volta da monarquia no país. En: *Gazeta Online*. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/06/familia-imperial-brasileira-quer-a-volta-da-monarquia-no-pais-1014062394.html>>.

Boito Jr., A. (2018). *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas/São Paulo, Unicamp/Unesp.

Castelo, R. (2013). *O Social-Liberalismo: Auge e Crise da Supremacia Burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo, Expressão Popular.

Coutinho, J. P. (2014). *As Ideias Conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo, Três Estrelas.

- Fernandes, F. (1973). *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez.
- Katz, C. (2016). *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo, Expressão Popular/Perseu Abreu.
- Martins, R. M. Santi, A. Greenwald, G. (2019). Chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato. En: *The Intercept Brasil*. Disponible en: <<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>>.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Expressão Popular.
- Marx, K. Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo.
- Mises, L.V. (2015). *A Mentalidade Anticapitalista*. Campinas, Vide Editorial.
- Mises, L. V. (2010). *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, Brasil.
- Paula, R. F. S. (2016). *Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão*. Campinas, Papel Social.
- Planalto. (2002). *Lei nº 10.558*, de 13 de novembro de 2002. Disponible en: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10558.htm>.
- Scruton, R. (2015). *O que é Conservadorismo*. São Paulo, É Realizações.
- Singer, A. (2012). *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Tôrres, J. C. O. (1968). *Os Construtores do Império: Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Uol. (2011). FHC se diz “careta” e defende descriminalização do aborto. *UOL Política*. São Paulo, UOL Notícias. Disponible en: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/12/09/fhc-se-diz-careta-e-defende-descriminalizacao-do-aborto.htm>>.
- Yazbek, M. C. (2009). Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. En: *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS.
- Žižek, S. (2011). *Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa*. São Paulo, Boitempo.